

## **Gestão territorial e planejamento participativo na Ilha Do Mel, Paraná**

*Daniel Hauer Queiroz Telles<sup>1</sup>  
Matias Poli Sperb*

**Resumo:** Este trabalho remete a questões relacionadas ao modelo de gestão territorial em prática na Ilha do Mel, litoral paranaense. É fruto da análise de resultados de duas pesquisas de mestrado, durante os anos de 2004 a 2007. A Ilha do Mel possui peculiaridades com relação a questões sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas. No contexto regional, sua importância está representada basicamente pela relevância de sua área natural protegida e pela movimentação turística. Existem nesta ilha, pouco mais de 95% de área natural protegida pelos amparos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e o restante é ocupada por comunidades ou vilas. Tais locais sofreram, ao longo das últimas três décadas, forte impacto da atividade turística e apresentam desafios ao modelo de gestão a se desenvolver para a sustentabilidade. O objetivo do presente trabalho é analisar a gestão da Ilha do Mel considerando os diferentes grupos de atores sociais participantes no processo. A metodologia utilizada consta de pesquisa bibliográfica, documental, *in locu* e análise de entrevistas com atores sociais dos diferentes grupos existentes. Os resultados apontam para existência de conflitos sociais na busca de sustentabilidade e divergências na gestão participativa que se pretende. São elencadas recomendações.

**Palavras-chave:** gestão participativa, planejamento turístico, sustentabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Sustentabilidade vem trazendo novas perspectivas no contexto da gestão territorial e do turismo. Alguns destinos turísticos litorâneos não urbanos no Sul do Brasil são marcados por características de um processo de desenvolvimento conflituoso em relação aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, pilares da sustentabilidade. A importância deste conceito, bastante controverso quanto sua aplicação, se dá por oportunizar a discussão em tal âmbito.

As oportunidades de projeção econômica que o turismo tem representado vêm deixando marcas em diversos destinos. Principalmente naqueles que possuem em seu sítio e entorno recursos cênicos e paisagísticos, ótimos potenciais para a exploração do turismo. Tais aspectos podem ser considerados importantes indicadores para a leitura de como vem se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: dhqt\_geog@yahoo.com.br

procedendo a evolução histórica dos ambientes e das sociedades de uma maneira geral. Diante dessa concepção, e considerando os impactos mais representativos do turismo no Brasil desde o final da década de 1980, a gestão territorial passa a ser uma resultante de medidas não somente governamentais, mas também das iniciativas da sociedade e, sobretudo da iniciativa privada.

A população de determinado destino turístico torna-se um conglomerado de grupos de atores sociais, fragmentados por aspectos culturais e, sobretudo, de interesses. Grupos sociais vão se tornando nítidos a partir de sua capacidade organização e argumentação frente aos objetivos. Cada vez mais os interesses se sobressaem em função do surgimento das oportunidades que o turismo revela.

O histórico do turismo na Ilha do Mel surge desde as primeiras décadas do século XX. Vem, portanto sendo marcada por diferentes fases, tendo a partir das últimas três décadas impactos mais marcantes com relação às transformações ocasionadas pela atividade turística. Trata-se de uma ilha que possui atrativos naturais e culturais ímpares e é freqüentada por turistas e visitantes de perfil bastante diversificado.

No caso do presente estudo, é importante ser destacado a forte implicação dos aspectos da legislação ambiental incidente na área. Existe um conjunto de Leis, Decretos e Portarias nos âmbitos nacional e estadual que restringem acentuadamente as formas de uso e ocupação do solo. Da mesma maneira, deve-se considerar o aspecto cultural da população tradicional, basicamente constituída por descendentes da miscigenação de indígenas e europeus. Possuem traços fortes em relação às características culturais e, conseqüentemente, fragilidades frente às transformações repentinas e exógenas proporcionadas pelo turismo.

Os procedimentos adotados para o presente artigo confluem de discussão empírica e teórica, baseado em informações secundárias e, sobretudo nos resultados das dissertações de mestrado dos programas de Geografia e Administração de Daniel Telles e Matias Sperb, defendidas nos anos de 2006 e 2007, tendo a participação de José Gandara, como orientador e membro da banca avaliadora, respectivamente nos estudos mencionados.

Inicialmente é feita argüição teórica, partindo de preceitos amplos como a sustentabilidade e a sua relação com a participação da sociedade no contexto da gestão territorial. Trazem-se algumas discussões acerca de estudos sobre o planejamento participativo no âmbito do turismo e da administração, e a maneira como é conduzida a

participação dos grupos de atores sociais neste processo, com destaque para o papel da iniciativa privada e do poder público.

A seguir são caracterizados brevemente os aspectos ambientais, territoriais e sociais da Ilha do Mel, como forma de possibilitar o leitor ao entendimento da realidade local. Posteriormente são apresentados os resultados a partir das discussões teóricas e empíricas diante do objeto de estudo, desvendando sobre a importância e questões que podem caracterizar pontos falhos sobre a prática do planejamento participativo.

O desfecho do trabalho tece conclusões e considerações sobre a forma como se aplica a gestão participativa e a evolução desta prática na Ilha do Mel nos últimos anos. Apresenta os principais problemas dentro da relação de forças que a sociedade pós-moderna possui como determinante e influente nas práticas coletivas, manifestada entre grupos de atores sociais.

## **2. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PARTICIPATIVA**

De acordo com Mello, o conceito de sustentabilidade é antropocêntrico e possui a dimensão crítica da necessidade do ser humano co-evoluir com as demais formas de vida. O autor menciona a contribuição de Fritjof Capra<sup>1</sup> sobre a necessidade da “alfabetização ecológica da humanidade”. Esta necessidade consiste em uma prática educativa transdisciplinar, precursora de um novo ser humano, que possua “consciência da interdependência entre os sistemas bióticos e abióticos em seus vários níveis de relações” (MELLO, 2000, p.105).

As referências mais explícitas à noção do conceito estão sistematizadas nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de ecodesenvolvimento. Sachs propunha uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social (SACHS, 1986).

A sustentabilidade tem sido discutida por alguns acadêmicos, com relação à sua aplicabilidade e conduta de uso. Possui de acordo com Martinez e Hirabaiashi (2003) idéias positivas pela condição de equilíbrio entre questões ambientais, sociais e econômicas. Entretanto, está conectado às questões da política e das sociedades e seus problemas, bem como da economia e do meio ambiente.

A colocação acima bem frisa o hiato entre o discurso e a prática sobre o termo analisado. A associação entre as chamadas idéias positivas, representadas em colocações como “as mais nobres intenções de sustentabilidade” de Paulo Pires (2002, p.250) e os problemas da sociedade e da política, colocadas pelo autor anteriormente citado, caracterizam

o termo sustentabilidade e suas variações, como algo presente em aspectos utópicos. Luzia Coriolano retrata essa condição ligada ao imaterial, ao desejável, quando afirma “a busca de uma sociedade sustentável (...) para tentar criar alternativas (...) carregadas de esperanças que consiga romper desafios” (CORIOLANO, 1998, p.120).

Por não estar em um estágio avançado na prática, como o está na discussão, o planejamento turístico com vistas ao desenvolvimento sustentável não se efetiva em modelos ideais a serem implantados. As recomendações feitas em trabalhos referentes ao turismo sustentável constituem filosofias de conduta que em muitos casos distanciam-se da realidade. A abordagem do conceito e seus problemas constituem-no em complicada compreensão integral e, para alguns autores, aparente paradigma para o Século XXI.

Na perspectiva de que assim como a sustentabilidade, a participação da sociedade no planejamento territorial, constitui em premissas da democracia, locais turísticos apresentam particularidades no contexto de sua estruturação social. Atores sociais podem avançar em suas reivindicações e opiniões desde que haja envolvimento baseado em algumas premissas.

Esse envolvimento de decisões de âmbito público coexiste com a resistência ao processo participativo, e parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de *participação*, como divisão de poder nas esferas instituídas. Na concepção de Irving (2002), “evidentemente que tal percepção é equivocada e, no mundo da globalização, no mínimo, de alto risco”:

O poder público não é mais capaz de assumir, por si mesmo, responsabilidades que historicamente concentrava (...) Nesse contexto, apenas por meio do processo participativo será possível tanto o funcionamento da dinâmica socioeconômica do país como o exercício pleno da cidadania e a legitimação de estratégias de desenvolvimento conjuntamente construídas (IRVING, 2002, p. 43).

Contudo, a referida autora atenta ser lento o processo de desenvolvimento de uma localidade pela participação comunitária e assim, resultados de curto prazo não podem ser esperados. No entanto, a garantia ética de sustentabilidade do processo (...), estará assegurada e tenderá a refletir as expectativas e demandas locais (IRVING, 2002).

A gestão participativa deve ser entendida como um instrumento fundamental envolvendo todos os atores sociais envolvidos no processo turístico. Para tanto, estes devem assumir seus papéis, considerando suas respectivas atribuições determinadas pelos benefícios e responsabilidades. O processo baseia-se na idealização de um turismo responsável, onde o

desenvolvimento territorial em face da atividade turística é considerado processo ideal a ocorrer na perspectiva de longo prazo (GANDARA, TORRES e LEFROU, 2003).

A participação da comunidade local na gestão participativa, aspectos referentes às reivindicações e os benefícios, representados pela vontade deste grupo social são importante consideração a ser relevada. Em locais aonde a comunidade local não “participa e palpita com relação aos benefícios do turismo, não estão seguros nem os turistas, nem a área de entorno, nem a atividade turística” (POON<sup>2</sup>, citado por GANDARA, 2003:113).

Entretanto, algumas questões fogem a toda esta idealização baseada na formalidade e articulação previsível de um território. A partir daí torna-se necessário especial atenção ao papel dos atores sociais locais e as relações existentes entre esferas de administração. Consiste em estar participando diretamente na decisão sobre o futuro de um território, assim devendo aceitar o compromisso desta transformação baseada no turismo (VERA e outros, 1997).

No Brasil a gestão territorial participativa que se realiza está basicamente relacionada aos conselhos ou comitês. Estas organizações vêm recebendo incentivos e presenciando ganhos de experiência a partir da Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

Os conselhos gestores nas palavras de Silva:

São o palco para a construção do consenso e para a gestão dos conflitos envolvendo a conservação, a proteção e o uso dos Recursos Naturais de uma Unidade de Conservação e de seu Entorno. Principal ferramenta da gestão ambiental de Unidades de Conservação, é através do Conselho Gestor que deve ser propiciada a participação organizada e responsável da população que de alguma forma nterage com a UC (SILVA e ALEGRIA, 2007:19).

Os conselhos gestores e/ou Comitês, no Brasil, constituem iniciativas voltadas a inserção de diferentes partes da sociedade. De acordo com Loureiro,

“o Conselho gestor é um espaço público jurídico-institucional, com representação de órgãos governamentais e não-governamentais, onde todas as demandas são legítimas por princípio, revendo-se canais de confronto e interpelação democrática entre os projetos sociais, a fim de se constituir alternativas viáveis e o mais inclusivas possível” (LOUREIRO *et al*, 2003).

### **3. TURISMO E GESTÃO NA ILHA DO MEL**

A Ilha do Mel está situada na desembocadura do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, litoral paranaense, sul do Brasil. É um local representado por riquezas naturais e

culturais. Gerações de visitantes vêm conhecendo-a, freqüentando-a e acompanhando suas mudanças. De sua área, grande parte é protegida e preservada. É dividida em setores de ocupação humana e áreas preservadas.

Todas as áreas de ocupação humana dentro da Ilha do Mel estão em área de amortecimento das Unidades de Conservação. Estão, portanto, condicionadas aos termos existentes na Lei 9.985. De acordo com Silveira em estudo sobre o turismo na Ilha do Mel, já indicava elevado grau de impacto ambiental nas áreas de maior concentração turística (SILVEIRA, 1998).

Além das belezas cênicas que caracterizam a paisagem natural da Ilha do Mel, cita-se a presença de elementos históricos importantes, com destaque para a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, datada de 1779 (Morro da Baleia) e o Farol das Conchas (Morro do Farol).

A realidade de ocupação da Ilha do Mel tem, na turistificação, a principal influência sobre as alterações ocorridas na forma de ocupação do solo. Até a década de 1970, predominava na Ilha uma ocupação de baixa densidade, com construções simples, destinadas à moradia dos pescadores locais. No entanto, “nas décadas que se seguiram, estas peculiaridades da Ilha se modificaram para sempre” (KRAEMER, 1978: 83).

O surgimento do turismo que se tem documentado na Ilha do Mel data do início do século XX. Nessa primeira fase do turismo local, a Ilha era muito procurada por famílias da classe alta de Curitiba que iam lá veranear; pode ser considerado o primeiro recanto turístico do litoral do Paraná (ITCF, 1986).

Conforme Kim (2004), durante as décadas de 1980 e 1990, a Ilha recebeu muitos imigrantes: pessoas da classe média alta buscaram qualidade de vida, instalando comércios e pessoas com menor poder aquisitivo atrás das oportunidades de emprego, geradas por esses estabelecimentos. Na década de 1990, paralelamente ao aumento de visitantes, na concepção de Esteves (2004, p. 209), o perfil dos turistas que freqüentavam a Ilha do Mel foi-se alterando para um tipo de “homo-urbano desenvolvimentista”. Este fato decorre da crescente busca por parte de pessoas da cidade por lugares com ambientes naturais em bom estado de conservação. Também contribui o papel da mídia na divulgação da Ilha, a criação de infraestrutura básica, destacando-se: a construção de ancoradouro população local vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo próprio.

Na concepção de Athayde e Britez (1995), o início da década de 1980 foi marcado por uma mudança, quando o fluxo de turistas aumentou consideravelmente e a população passou

a conviver mais de perto com a dinâmica social trazida por eles. Em decorrência, ocorreram alterações nas práticas sociais, mudando radicalmente o estilo de vida dos nativos. No final da década de 1980, o desenvolvimento do turismo também foi favorecido pelo estabelecimento da energia elétrica.

A grande maioria dos proprietários é formada por investidores que migraram para a Ilha, a fim de lucrar com atividades econômicas ligadas ao turismo. Constituindo estes proprietários como gente “de fora”, aí se distinguiu o migrante investidor em si e o turista proprietário de “segunda residência”, que acabou por transformá-la em comércio. Para Esteves (2004, p. 95), o número elevado de empreendimentos de proprietários de fora é facilmente explicável em virtude da superioridade econômica deste tipo de investidor sobre o nativo e também devido à pequena cultura empreendedora dos ilhéus.

Neste sentido, Silveira (1998, p. 228) afirma que o crescimento turístico da localidade foi totalmente desordenado, devido à ausência de atuação efetiva do governo: “por muito tempo houve a ausência de uma política de planejamento e gestão que fosse eficaz para lidar com a maneira caótica como o turismo se vinha desenvolvendo na área”. Por outro lado, na concepção de Kim (2004, p. 127), comparando a realidade aos objetivos das propostas e planos que guiaram a aplicação das políticas voltadas para a Ilha do Mel ao longo do tempo, “vemos que sempre houve uma oscilação entre dois extremos: de um lado, a disposição em preservar a natureza e, do outro, a vontade de favorecer o desenvolvimento do turismo de massa, falsamente anunciado como ecoturismo”.

Sobre a gestão territorial, a Ilha do Mel é pertencente ao município de Paranaguá, como um distrito. É tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná (Lei nº. 1.211/53). Está vinculada aos poderes de gerenciamento do governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob forma de aforamento (Portaria nº160 de 15 de Abril de 1982). Possui desde o Decreto nº. 4.964/85, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) com os poderes de autorização para outorgar concessões de uso e a fiel execução da gestão no local (PARANÁ, 1986; PARANÁ 1996).

A gestão estadual possui a característica de centralização de atribuições legais ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), a principal Instituição do poder público no que diz respeito ao processo de transformações socioambientais ocorridas na ilha. Esta autonomia representa limites à sociedade, que durante décadas teve responsabilidade às ações internas (TELLES, 2007:71).

A gestão municipal está aos cuidados da prefeitura de Paranaguá, constituindo assim as responsabilidades quanto aos serviços públicos. Os setores de ocupação humana, portanto, é administrado nas questões de saúde, educação fundamental, saneamento básico.

O Conselho Gestor da Ilha do Mel é de caráter normativo e deliberativo, instituído pelo Decreto n.º 3502, de 03 de setembro de 1997. Tem por objetivo gerenciar as questões administrativas, atuando em conjunto com o IAP. Foi criado para gerenciar as obras e atividades de interesse público e privado, a serem desenvolvidas no imóvel – ilha (Regimento Interno Conselho Gestor, 2000).

A presidência e secretaria executiva do Conselho Gestor são cargos determinados pelo Estado, sendo representantes do IAP e /ou SEMA. É constituído por conselheiros, representantes de entidades governamentais e não governamentais.

Como finalidade deste Conselho, consiste a de representar as reivindicações da sociedade da Ilha do Mel junto ao poder público, em virtude de suas necessidades e realizações de planos de governo e projetos pelo bem comum. Tem como intuito gerir em administração participativa, “tendo a responsabilidade de negociar interesses diversos, e por vezes conflitantes, e dirimir divergências, a fim de tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais local” (ALEGRIA e SILVA, 2006).

Nos que diz respeito à gestão pública dos recursos da Ilha gerados pela Taxa de Visitação<sup>3</sup>, verificou-se que representantes da população acreditam que exista uma “barreira burocrática na utilização e repasse desta verba”, e que a Ilha do Mel necessita de autonomia na tomada de decisões locais, para que sejam resolvidas questões diversas (SPERB e TEIXEIRA, 2006; TELLES, 2007). Na opinião de um gestor municipal existe dificuldade para se utilizar esse recurso em benefício da Ilha por ser necessário um planejamento prévio anual. Entretanto esse planejamento não é feito pelo conselho gestor e, tampouco é feito um orçamento. O recurso acaba não sendo utilizado e acumula ao longo dos anos em contas do Estado do Paraná. Os gestores do governo municipal criticam que esses recursos não estejam à disposição nos momentos necessários, conforme surjam as necessidades, como colocado no estudo mencionado:

Esses recursos deveriam estar disponíveis (...) em alguns casos existem gastos muito elevados, a exemplo do trapiche de Nova Brasília que desabou em setembro de 2005 e ficou abandonado durante toda a temporada de 2005/2006. Segundo esses dirigentes, um planejamento para empenhar o

recurso não teria validade, pois as necessidades surgem repentinamente. Falta agilidade na liberação dos recursos (SPERB e TEIXEIRA, 2006:448).

Também foi verificado nas pesquisas de Sperb e Teixeira (2006) e Telles (2007) que o Conselho Gestor da Ilha do Mel está muito “desacreditado”, não só pela população da Ilha, mas também pelo seu próprio corpo constituinte, não havendo credibilidade para uma gestão local autônoma desses recursos. Para descrever as reuniões do Conselho Gestor, alguns proprietários de pousadas entrevistados utilizaram os termos “fala-se muito e faz-se pouco” e que as “reuniões são contraproducentes” (SPERB, 2006:180). Ou, em outras palavras:

Este conselho é considerado por alguns líderes comunitários como uma “vitrine” ou “testa de ferro” do Estado. Serve apenas para absorver as reivindicações sociais, não realizando maiores decisões. Trata-se de uma antiga esperança da sociedade em aproximar-se do poder público e participar das medidas e implantação de planos e projetos para a Ilha do Mel, hoje considerada uma decepção (TELLES, 2007:65).

As críticas ao conselho gestor também se dirigem ao excesso de assuntos discutidos em cada reunião e aos poucos resultados concretos obtidos a partir dessas discussões. Inclusive, sob uma visão mais radical, uma minoria dos empreendedores da Ilha sugere que se deveria “extinguir” o Conselho Gestor da Ilha do Mel, pois esse órgão estaria prejudicando a atuação pública do Estado.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A composição social e as normas territoriais regulatórias constituem os principais aspectos sobre a gestão da ilha do Mel. Tal aspecto representa ponto de partida para se analisar a gestão participativa do destino turístico.

De acordo com o presente estudo foi possível constatar que as rápidas transformações sociais e ambientais que locais propensos ao desenvolvimento do turismo estão sujeitos, acarretam ser a gestão participativa necessidade e desafio a ser efetivado no contexto territorial. Fato que possivelmente implique na necessidade de orientação através de diretrizes políticas no contexto do planejamento do turismo, além de um processo de amadurecimento da própria população envolvida em sua diversidade social – cultural e econômica – para que através de seus representantes, possa ser realizada arguição próspera.

Considera-se que para que se busque desenvolvimento local com bases sustentáveis, ocorra, no nível do planejamento, interação entre diferentes grupos de atores sociais. Os

grupos e suas representatividades devem preferencialmente estar aptos para tanto, exigindo noções técnicas mínimas aos representantes dos grupos de atores sociais. Ou as representatividades tenderiam a divergência e fragmentação a ponto de não adaptarem-se para a gestão.

A complexidade dos sistemas sociais não se revela somente no âmbito do turismo, e seu aprofundamento pode ser atingido a partir de enfoques multidisciplinares. O turismo permite e necessita de tal diversificação de enfoques, sobretudo no que tange o conhecimento das humanidades. A aplicação de modelos não se repete de maneira exata. As particularidades territoriais terão sempre de serem consideradas, e a existência da relação de forças é fato e, portanto, não deve ser excluída de consideração.

No que tange a forma como ocorre a gestão participativa na Ilha do Mel, o Conselho Gestor, analisado após dez anos de existência, constitui em iniciativa para que se realizasse a participação da sociedade em suas diversas representatividades no planejamento. Contudo, após esses anos, o mesmo (CG) tornou-se ambiente de poucos resultados e diversas polêmicas: verifica-se a falta de coesão das partes envolvidas deste conselho sendo identificadas vertentes com interesses divergentes; grosso modo, uma de predominância econômica e outra em busca do ecoturismo. O que dificulta o entendimento para a tomada de decisão de ações consistentes de longo prazo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o surgimento do Conselho Gestor, a expectativa de uma gestão territorial participativa para o local foi notável na população. As comunidades buscaram fortalecimento coletivo por meio de associações e ONGs para dessa maneira terem representação no conselho. Desde a concessão de gestão passada ao Governo do Estado, mais exatamente o IAP, foi a mais representativa mobilização na forma de gestão territorial da Ilha do Mel, fez-se surgir o maior indicador de gestão participativa no local.

Após uma década de seu decreto, no entanto, podem ser avaliados como pouco efetivos os resultados atingidos por este conselho. O conjunto de posturas e as limitações interinstitucionais impediram durante muito tempo a discussão sobre a perspectiva de gestão compartilhada das áreas protegidas e arredores, com um maior engajamento da comunidade local na tomada de decisões. Sem a definição de um modelo de ação integrada

interinstitucional com base local mais autônoma, o planejamento territorial vinculado as Unidades de Conservação tende a ser lento e problemático. Neste sentido, são colocadas algumas considerações acerca de três características a serem atendidas em futuras análises sobre a prática coletiva do planejamento territorial participativo: composição, representatividade e efetividade.

A composição do Conselho passa a ser selecionada a partir da capacidade de organização dos grupos sociais que habitam e convivem no respectivo espaço territorial. A representatividade dos membros do Conselho deve ser revista, pois no âmbito do planejamento territorial, o conhecimento técnico e das normas não pode ser negligenciado. Sendo assim, os grupos de atores sociais devem relacionar-se a profissionais qualificados para por em prática suas reivindicações. Como isso deve ser feito? Está aí uma questão a ser discutida em para busca de hipóteses.

A efetividade sugerida fica colocada como a real aplicação das decisões atingidas pelo Conselho. Ora, se há avanços em âmbito coletivo, sendo revistas os objetivos e prognosticados os impactos, não se pode haver centralidade de decisões que impeça o avanço de reivindicações. Isso se mostra, de fato, ao indagarem-se os diferentes grupos sociais na Ilha do Mel. Razão pela qual o mesmo (Conselho) recebe credibilidade negativa do próprio Poder Público estadual.

Portanto e enfim, verifica-se que a população deve passar por processos de amadurecimento internos para a coesão dos organismos comunitários já estabelecidos. Associações e ONGs devem ser consideradas ambientes de convergências e a partir de suas lideranças debaterem por pontos comuns de reivindicações e cobrança junto ao governo. Para tanto, fica imprescindível que haja como ponto de partida a educação em seus diversos âmbitos – alfabetização, conscientização, correção, profissionalização - e temas – ambiental e patrimonial – para que a incessante busca pela sustentabilidade em uma sociedade diversificada torne-se auto-regulatória.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALEGRIA, M. F. e SILVA, H. P. - *Refletindo sobre a dimensão coletivista do Conselho Gestor*. II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Programa EICOS-IP/UFRJ. Disponível em 08/2006, no endereço eletrônico: <http://www.ivt-rj.net/sapis/pdf/MariaFernandaAlegria.pdf>

- ATHAYDE, S. F. e BRITTEZ, R. M. de - *As unidades de Conservação*. In: História Natural e Conservação da Ilha do Mel”. Org.: Marques, M.C.M. e BRITTEZ, R.M. Ed. UFPR. Curitiba, 2005.
- BRASIL. *Lei 9985, de 18 de Julho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação a Natureza e dá outras providências. <http://www.lei.adv.br/9985-00.htm>
- CORIOLOANO, L.N.M.T - *Os limites do desenvolvimento e do turismo* In. O turismo de inclusão e o Desenvolvimento Local. Org. Coriolano, L.N.M.T. Ed. Premium, Fortaleza, 2003
- ESTEVES, C. J. O. - *Turismo e qualidade da água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)*. Dissertação de mestrado, Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- GANDARA, J. M. G. TORRES, E. e LEFROU, D. - *A participação de todos os atores no processo turístico* In: Anais do I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. U.C.S. Caxias do Sul, 2003.
- GANDARA, J. M. G. - *La sostenibilidad de los destinos turísticos urbanos* In. Organizaciones del Tercer Sector em el Turismo. MOLINA, S. (org.) 2003.
- ITCF – Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. *Coletânea de Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel - 1946-1985*. Curitiba, 1986.
- KIM, K. M. *Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente na Ilha do Mel – PR*. Pontal do Paraná, 2004. Monografia (Graduação em Ciências do Mar) Setor de Ciências da Terra, UFPR.
- KRAEMER, M. C. *Malhas da Pobreza : exploração do trabalho de pescadores artesanais na Baía de Paranaguá*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Antropologia, PUC-SP. São Paulo, 1978.
- LOUREIRO, C. F. *et al*. Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: IBASE / IBAMA, 2003.
- MARTINEZ, A. J. e HIRABAIASHI, Y. *De la teoria a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitária: una propuesta metodológica* In Desarrollo Turístico y Sustentabilidad, Guadalajara, 2003.
- MELLO, R. F. L. “Complexidade e Sustentabilidade” In: Revista de Estudos Ambientais. V2, n. 2,3. Ed. FURB. Blumenau, 2000.
- PIRES, P. S. *Dimensões do Ecoturismo*. Ed. SENAC, São Paulo, 2002.
- PARANÁ, *Coletânea da Legislação e Documentação sobre a Ilha do Mel*. IAP, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Plano de Manejo – Estação Ecológica da Ilha do Mel - PR*. IAP e SEMA, 1996.
- \_\_\_\_\_. Portaria nº 010/98/IAP/GP – Institui a cobrança de ingresso de visitação a Ilha do Mel. *Diário Oficial do Estado do Paraná*. Curitiba, 19 jan. 1998.
- SILVEIRA, M.A. - *Ecoturismo na Ilha do Mel/Paraná*. In: Turismo e Meio Ambiente, v.1. Ed. da UECE. Fortaleza, 1998.
- SPERB, M. P. e TEIXEIRA, R. M. - *A Sustentabilidade Ambiental do Turismo Na Ilha do Mel, PR: Perspectiva dos Gestores Públicos* - In: Turismo. Visão e Ação, v. 8, p. 1-10. Itajaí, 2006.

TELLES, D. H. Q. – *Análise sobre a situação socioambiental e do turismo na Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná*. Dissertação de Mestrado, Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

VERA, J. F et AL. *Análisis territorial del turismo* Ed. Ariel Geográfica, Barcelona, 1997.

---

<sup>1</sup> Capra, F. “A Teia da Vida”. Ed. Cultrix, 1996.

<sup>2</sup> POON, A. “Participacion de las comunidades locales en el desarrollo turístico e incidência econômica em los pequenos estados insulares em desarrollo”. In: *Ponencia presentada em la Conferencia Internacional sobre Turismo Sostenible em Pequeños Estados Insulares em Desarrollo y Otras Islas*. Organizacion Mundial del Turismo. Lanzarote, 1998.

<sup>3</sup> Trata-se da principal fonte de arrecadação direta para a Ilha do Mel. Estabelecida pela Portaria n° 010/98/IAP/GP, passou a ser cobrada a taxa de visitação para ingresso na Ilha do Mel. O valor cobrado, seria integralmente aplicado em “ações de conservação, tais como: fiscalização, controle, educação ambiental e melhoria de infra-estrutura para a comunidade local e visitantes” (PARANÁ, 1998).